

O livre comércio e a Guerra do Paraguai: uma análise em perspectiva histórica dos interesses comerciais ingleses na América do Sul

Dênis Rodrigo dos Santos¹

Gabriela Rodrigues²

Jorge César da Silva³

Laerte Fedrigo⁴

Marcus Vinícius Silva Depizzoli⁵

Resumo. Este artigo analisa a relação entre o livre comércio e a Guerra do Paraguai e mostra como a Inglaterra, na defesa de seus interesses, utilizou o conflito para destruir o modelo paraguaio de desenvolvimento e ampliar a sua hegemonia comercial na região. O modelo paraguaio foi destruído e a sua população praticamente dizimada. As importações dos países envolvidos no conflito cresceram substancialmente, assim como o endividamento externo e a dependência de recursos estrangeiros.

Palavras-chaves: Livre Comércio, Guerra do Paraguai, Importações, Endividamento e Dependência.

Abstract. Free trade and the Paraguayan War: analysis in historical perspective of British commercial concerns in South America. This paper aims to analyses the relation between free trade and the Paraguayan War, showing how England, in defense of their interests, used the conflict to destroy the Paraguayan development and enlarge the commercial hegemony in the region. The Paraguayan model was destroyed and its population practically decimated. The imports of the involved countries in the conflict had grown substantially, as the extern indebtedness and the dependence of foreign resources.

Keywords: Free Trade, Paraguayan War, Imports, Indebtedness and Dependence.

1 Introdução

A Guerra do Paraguai traz à tona o modelo de livre comércio implantado pela Inglaterra até o século XX. A influência inglesa sobre países de diversos continentes e diferentes culturas, por meio de sua política comercial expansionista, mostrou ao mundo que a

¹Fatec Barueri, drsanto16@gmail.com.

²Fatec Barueri, rodriguesgabir@gmail.com.

³Fatec Barueri, jorge_cesar_cs@yahoo.com.br.

⁴Fatec Barueri, laerte.fedrigo@cps.sp.gov.br.

⁵Fatec Barueri, mdepizzoli@uol.com.br.

colonização de territórios na América Latina não era mais necessária, transformando o livre comércio em uma ferramenta mais eficaz na questão da dominação econômica. O tema proposto demonstrará como o modelo praticado pela Inglaterra foi fundamental na interrupção do desenvolvimento do Paraguai, mostrando desta forma, a sua influência na América do Sul, o modelo de desenvolvimento dependente a ser seguido e as medidas tomadas para a defesa da economia inglesa, com a participação da Tríplice Aliança.

A Inglaterra encontrou no Paraguai um contraponto à sua política imperialista. Verificando o contexto histórico e as relações econômicas entre a Inglaterra e os países latino americanos no séc. XIX, é possível afirmar que o modelo de dominação inglês, por meio do livre comércio, estava sendo ameaçado pelo desenvolvimento paraguaio? A hipótese é que a Inglaterra, por meio de sua política de livre comércio e de sua doutrina imperialista, interferiu diretamente na origem do conflito entre o Paraguai e seus vizinhos, deixando a cargo da Tríplice Aliança a defesa dos interesses econômicos ingleses na região, ameaçados.

Nestes termos, o objetivo deste artigo é analisar a relação entre o livre comércio e a Guerra do Paraguai, tomando por base o período de 1840-1875. Além da Teoria Clássica do Comércio Internacional, será avaliada a política econômica utilizada pelo governo paraguaio para promover a economia nacional e como ela feriu os interesses ingleses na região, criando as condições para a formação da Tríplice Aliança, que resultou na ocupação e destruição do país, oponente dos interesses ingleses na região.

Para atingir o objetivo proposto, o método utilizado na interpretação dos dados e da bibliografia foi o hipotético-dedutivo, respaldado pela pesquisa bibliográfica, por meio da leitura de livros pertinentes para a elaboração do trabalho, entre os quais se destacam os textos de Economia Internacional, de Maria Auxiliadora Carvalho e César Roberto Leite da Silva, que abordam as Teorias do Comércio Internacional, os livros de José Chiavenatto e León Pomer, que abordam a Guerra do Paraguai, contemplando causas e efeitos socioeconômicos do conflito, e abordagens de Celso Furtado sobre o subdesenvolvimento e suas origens, bem como de Adam Smith e David Ricardo sobre comércio internacional.

Além desta breve introdução e das considerações finais, o texto foi organizado em três partes. A primeira parte aborda a Teoria Clássica do Comércio Internacional e a dicotomia centro-periferia dela resultante. A segunda parte avalia o modelo econômico adotado pelo Paraguai, contraponto ao modelo inglês de abertura e dependência, demonstrando seu desenvolvimento interno e a consequente ameaça aos interesses ingleses na região, que resultou no conflito entre o Paraguai e a Tríplice Aliança. A terceira e último parte analisa o desfecho do conflito, demonstrando resultados socioeconômicos e a consequente ampliação da dominação inglesa sobre os países envolvidos na luta armada.

2 A Teoria Clássica do Comércio Internacional e o papel exercido pela Inglaterra na economia mundial

Durante séculos o comércio internacional foi praticado seguindo uma linha de pensamento específica. Com o intuito de acumular riquezas, sem dar ênfase em relações comerciais que proporcionassem ganhos para os dois lados da negociação, o estímulo às exportações foi priorizado de tal forma que as nações consideradas ricas eram aquelas com enormes estoques de metais preciosos e que possuíssem um grande contingente de mão de obra. Tal linha de pensamento consistia no mercantilismo, sistema comercial protecionista que defendia o desenvolvimento industrial em detrimento ao agrícola, o que na época era considerado mais atrativo, já que a produção industrial era vista como mais rentável (CARVALHO; SILVA, 2007). Como, segundo essa doutrina, o estoque de metais preciosos era uma das medidas da riqueza das nações, defendiam o fomento das exportações e a restrição ou mesmo coibição das importações, o que resultaria numa balança comercial superavitária, o que na época significava ter mais metais preciosos entrando no país do que saindo (HUNT; LAUTZENHEISER, 2012).

Tal vertente de comércio ganhou estímulo principalmente após o fim da idade média e do sistema feudal, conseguindo grande impulso na era das grandes navegações, onde as terras descobertas forneciam grande fonte de recursos materiais, como a prata e principalmente o ouro. Segundo Hunt; Lautzenheiser (2012), tais descobertas favoreceram a burguesia já estabelecida, que financiava a indústria e o comércio, e os monarcas, que detinham o poder e controlavam os exércitos. Para que esse modelo comercial vigorasse de forma efetiva e satisfatória, os governos ofereceram suporte substancial para as indústrias exportadoras, criaram restrições e regulamentos para a produção doméstica, além de subsídios, isenções tributárias e outras formas de incentivo para que a produção, destinada a exportação, atingisse níveis satisfatórios.

Com o desenvolvimento da indústria, este método de comércio mostrou-se comprovadamente ultrapassado. Segundo Hunt; Lautzenheiser (2012), no início do mercantilismo, a fonte de lucro era vista como as operações de trocas ou compra e venda, já que a maior parte da produção ficava a cargo dos trabalhadores e os capitalistas se resumiam aos mercadores e seu capital, que consistia em estoques de mercadorias e dinheiro. Não obstante, a necessidade de criar mercados para esses novos produtos da indústria demonstrava que uma nova forma de relação comercial era necessária. A expansão econômica, fortalecida pelo aumento do comércio no mundo, necessitava de um novo modelo de trocas, onde a cadeia produtiva englobasse outros setores e contemplasse o bem-estar-social da população. Destes resultados e da necessidade de um novo modelo comercial que tirasse as amarras do mercantilismo surge a Teoria das Vantagens Absolutas, fundamentada por Adam Smith, e que

é considerada a primeira obra a contemplar as vantagens da abertura comercial, demonstrando os benefícios envolvidos para exportadores e importadores.

Para além da crítica à doutrina mercantilista, em sua teoria Smith (1981) demonstrou quais seriam as ações que os países deveriam ter ao produzir e negociar. Neste sentido, segundo ele, a origem da riqueza de uma nação não era o estoque de metais preciosos, mas o trabalho. Para ele, o trabalho é considerado o fator de produção relevante; ou seja, o valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho necessária para produzi-la e o livre comércio poderia estimular a produção e a geração de riqueza, bastando para isso que cada país se especializasse na produção daqueles bens que possuísse vantagens. Portanto, o livre comércio seria capaz de aumentar o nível de produção e riqueza se as nações, ao invés de produzirem vários tipos de produtos, produzissem apenas aqueles em que possuíssem vantagens, trocando os excedentes com países que possuíssem vantagens em outros produtos e, através desta troca “aumentar o bem-estar das populações dos países que participam do comércio internacional” (CARVALHO; SILVA, 2007, p. 8).

Para explicar, seja o caso de dois países A e B, que produzem apenas dois bens: carvão e tecido. O país A gasta 4 horas de trabalho para produzir cada unidade de carvão e 5 horas para cada unidade de tecido. O país B também produziria carvão e tecido, necessitando de 5 e 4 horas de trabalho para cada unidade de produto, respectivamente. Observa-se, assim, que A possui vantagem absoluta na produção de carvão, enquanto B possui vantagem absoluta na produção de tecido. Hipoteticamente, cada país possui 1.200 horas de trabalho disponíveis. Se não existisse comércio entre as duas nações, para que A e B consumissem tecido e carvão, as horas disponíveis de trabalho seriam divididas entre os dois produtos, resultando numa produção de 150 unidades de carvão e de 120 unidades de tecido no país A e 120 unidades de carvão e 150 unidades de tecido no país B, somando assim uma produção e um consumo globais de 540 unidades de produtos.

Não obstante, como o país A possui uma vantagem absoluta na produção de carvão e o país B na produção de tecido, se ambos se especializassem e realizassem trocas, a produção e consumo global seriam ampliados, o que implicaria em ganhos de bem estar para as duas nações. Nos termos de Smith, o país A concentraria suas horas de trabalho na produção de carvão e o país B na produção de tecido, resultando assim, na produção de 300 unidades de carvão e de 300 unidades de tecido, gerando um aumento de 60 unidades em comparação à produção e ao consumo em autarquia, alterando, desta forma, a matriz de trocas.

Apesar da força dos seus argumentos, algumas questões contraditórias foram deixadas pela Teoria das Vantagens Absolutas, como por exemplo, a hipótese de um país sem vantagens de produção em qualquer bem. Neste caso, segundo a teoria de Smith, nenhum país teria interesse em comercializar com ele. Ricardo (1988), porém, demonstrou, por meio de

sua Teoria das Vantagens Comparativas, que ainda assim o comércio poderia ser vantajoso para o país, desde que possuísse uma vantagem relativa⁶ na produção de um bem qualquer. Segundo ele, neste caso o referido país poderia se especializar na produção desse bem e trocar os excedentes com outros países, especializados na produção de outros bens. Noutros termos, Ricardo propõe que até mesmo um país que não possua vantagens absolutas em comparação a outros, pode sim realizar trocas com outras nações e ampliar o bem-estar de sua população (CARVALHO; SILVA, 2007).

Vale dizer, porquanto, que de acordo com a Teoria das Vantagens Comparativas, as trocas são determinadas pelos preços relativos dos produtos nos quais cada país tem vantagens comparativas. Assim, o que levaria um país a se especializar na produção de determinado bem seria o fato de as relações de trocas serem mais favoráveis do que os preços relativos domésticos. Dessa forma, conforme salienta Carvalho e Silva (2007), um país que possui uma vantagem comparativa na produção de determinado bem, poderia importar outra mercadoria de uma nação desde que pagasse um valor menor do que custaria para ele produzir o bem que possui a vantagem comparativa. O mesmo ocorreria para o outro país participante da troca, que só aceitaria os termos de troca se obtivesse alguma vantagem com a troca, o que significaria dizer que ele poderia exportar a mercadoria para outra nação desde que recebesse um valor maior do que custaria para ele produzir o bem que possui a vantagem comparativa. Nesse sentido, o Livre Comércio, não o protecionismo, seria a política de comércio exterior mais adequada às nações, estando intrinsecamente vinculado ao bem estar social de todas as nações (RICARDO, 1988).

Para explicação do Modelo Ricardiano, seja o mesmo caso dos países e produtos do exemplo anterior. Se, hipoteticamente, o país B gastasse agora 8 horas de trabalho para produzir cada unidade de carvão e 6 horas para cada unidade de tecido, não possuiria vantagem absoluta na produção de qualquer bem. Não obstante, como o custo de produzir carvão neste país é equivalente a 200% do custo de produção no país A, enquanto que o custo de produzir tecido é equivalente a 120%, isso significa dizer que ele, que tem desvantagem absoluta na produção dos dois bens, tem uma vantagem relativa na produção de tecido, de modo que, segundo a teoria de Ricardo, deveria se especializar na produção deste bem e trocar os excedentes produzidos por carvão com o país A. Alternativamente, o custo de produzir carvão no país A equivaleria a 50% do custo de produção no país B, enquanto que o

⁶Desta forma, se no país B o custo de produzir carvão for equivalente a 200% do custo de produção no país A, enquanto que o custo de produzir tecido for equivalente a 120%, o país B, que tem desvantagem absoluta na produção dos dois bens, tem uma vantagem relativa na produção de tecido, de modo que, segundo a teoria de Ricardo, o país B deveria se especializar na produção de tecido.

custo de produzir tecido equivaleria a 83%, isso significa dizer que B, que tem vantagem absoluta na produção dos dois bens, tem uma vantagem relativa na produção de carvão, de modo que, segundo a teoria de Ricardo, deveria se especializar na produção deste bem e trocar os excedentes produzidos por tecido com o país B. Se cada país se especializasse na produção daquele bem que possui vantagem relativa, a produção e o consumo globais seriam de 500 unidades, com um ganho de 55 unidades, portanto, comparativamente à produção e ao consumo em autarquia, que totalizaria apenas 445 unidades de produtos.

Graças à força dos argumentos de Smith e Ricardo, a Teoria Liberal Clássica do Comércio Internacional tornou-se dominante, seguida pelas diferentes nações na geração de riquezas e bem estar, dando ao comércio mundial a função de propagar o desenvolvimento e a integração econômica mundial. Nestes termos, os capitalistas ingleses buscaram na teoria liberal, a ferramenta ideal para a defesa de seus interesses, e assim, confirmar sua posição como império (HOBSBAWM, 2010). Em síntese, enquanto certos países se especializaram na produção de bens primários, a Inglaterra se especializou na produção industrial e tirou proveito desta especialização tanto para abastecer a sua indústria com materiais oriundos da periferia do capitalismo, quanto para desovar os seus excedentes produtivos de bens industrializados. Hobsbawm (2010) ainda destaca que os britânicos importavam um quarto de todo o algodão fornecido pela América Latina à Europa, desta forma, comprovando a importância da região para o império inglês, e a sua representatividade como principal fornecedor de algodão, um dos recursos básicos da revolução industrial.

É importante frisar que mais tarde Prebisch chamou atenção para o fato que a especialização ditada pela Teoria Liberal Clássica do Comércio Internacional consolidou uma separação entre uma periferia, composta por nações subdesenvolvidas, e um centro dinâmico, integrado por nações industrializadas, o que pressupõe uma desigualdade na distribuição dos ganhos do comércio exterior entre esses dois grupos de países (GONÇALVES *et al.*, 1998). Segundo Furtado (2013), essa separação ocorreu porque no centro a difusão do progresso técnico se deu pela via da produção, o que provocou o aumento da remuneração do trabalho e “acessoriamente no nível de preços” Na periferia, porém, a difusão do progresso se deu pela via da importação de bens de consumo, o que resultou na redução do preço dos itens exportados, dado que o grande excesso de mão-de-obra desempregada condicionava os salários em baixos níveis. Essas duas ocorrências combinadas resultariam na deterioração dos termos de troca, em favor dos países centrais.

Consequências da expansão comercial das economias industriais europeias, as relações de troca, não entregaram aos países periféricos um sistema capitalista de produção similar ao desenvolvido no continente europeu, resultando assim, numa dicotomia centro-periferia, desta

forma, dando aos países periféricos um subdesenvolvimento, característica das economias que de acordo com Furtado (2013, p. 128), “foram inseridas na última fase da expansão da economia industrial, onde o fomento inicial visava à produção de matérias-primas para o abastecimento das nações do centro do capitalismo”. Essas economias, que lentamente obtiveram o progresso técnico, não possuíam as indústrias necessárias que atendessem a demanda interna ou que gerassem excedentes. Utilizava-se então, a agricultura de exportação, meio produtivo que não requeria inovações técnicas, obtendo, por meio das importações, os bens de consumo que atenderiam sua população. Agindo assim, não desenvolviam sua indústria de base, retardando o acesso ao progresso técnico. A diferença entre a assimilação de um padrão de vida superior, por uma minoria privilegiada, e o seu atraso nas técnicas de produção, ficou conhecido como *modernização*, etapa em que os países aderiam ao progresso técnico em relação ao estilo de vida, com as importações de bens de consumo, e davam pouca importância às transformações necessárias do sistema de produção local, postergando uma evolução técnica e dando ênfase nos sistemas primário-exportadores (FURTADO, 2013).

3 O modelo econômico paraguaio e a ameaça aos interesses ingleses

Contrariando a orientação liberal clássica do livre comércio, o Paraguai iniciou um processo de industrialização, fruto de um longo caminho histórico de caráter nacionalista. Inicialmente, o governo de Jose Gaspar Rodriguez de Francia, mais conhecido como El Supremo, que governou o Paraguai no período de 1814 a 1840, revolucionou o jeito de governar, tornando-se um dos personagens mais importantes da história daquele país. De acordo com Chiavenatto (1994), El Supremo praticamente fundou o Paraguai, vez que, por acreditar que não seria possível estabelecer a soberania nacional com a presença da oligarquia deixada pela coroa espanhola, seu primeiro ato como presidente foi acabar com a influência da burguesia paraguaia, ao decretar à nação que a riqueza era proibida, perseguindo os herdeiros da coroa espanhola até o seu extermínio.

Dentro de sua estratégia de acabar com a classe privilegiada que servia de infiltração para o domínio externo no Paraguai, segundo Chiavenatto (1994), Francia promoveu a primeira grande reforma agrária da América do Sul, confiscando ou comprando terras e distribuindo-as ou arrendando-as a preços irrisórios aos paraguaios, juntamente com ferramentas de utilização agrícola, gado e sementes, para o bom uso das terras.

Mas as reformas de El Supremo não pararam por aí. Segundo Pomer (1980), com o objetivo de eliminar o poder econômico e político da Igreja Católica no país, Francia proibiu a

construção de novos templos e, de acordo com Chiavenatto (1994) ele ainda transformou conventos de ordens religiosas em quartéis e fez a Igreja Católica local romper com Roma. Como tinha uma visão cultural ampla, Francia também se preocupou com a educação e o ensino teve uma força surpreendente, de tal sorte que, ao final de seu governo, não havia mais analfabetos no país. Não obstante o seu modo ríspido de governar, Francia ganhou a confiança do povo paraguaio, tornando possíveis as grandes reformas políticas e sociais do seu governo e, com muito prestígio, fechou as fronteiras do país, protegendo a economia nacional da concorrência externa, adequando a política econômica com raro sucesso.

Com a morte de Francia, em 1840, Carlos Antônio Lopez assume o governo, com a incumbência de aperfeiçoar a estrutura socioeconômica deixada pelo seu antecessor. Conforme relata Chiavenatto (1994), seguindo os passos de Francia, Carlos Antônio Lopez promoveu o progresso, importando técnicos necessários para implantar as bases para o desenvolvimento industrial, tais como engenheiros, professores, médicos, arquitetos, entre outros profissionais, que, além da primeira ferrovia, construíram várias fábricas e hospitais com capitais genuinamente nacionais. Concomitantemente, Lopez enviou jovens promissores das escolas paraguaias para a Europa (Inglaterra, Alemanha e França) e para os EUA para se especializarem em diversas áreas, para que na volta promovessem ainda mais o desenvolvimento do país, criando mais indústrias e aperfeiçoando as existentes, além de corroborar com um ensino superior nacional de qualidade.

Graças ao Governo Lopez, o Paraguai entrou numa nova e excelente fase de progresso. Segundo Chiavenatto (1994), cinco anos após a posse de Lopez, começou a funcionar no país a fundição de Ibycui, que produzia uma tonelada de ferro por dia, armas e implementos agrícolas. Segundo ele, além da extração de madeira e salitre, criação de gado, instalação de novas fábricas, construção de ferrovias, produção de pólvora, papel e enxofre, bens como fumo, erva-mate, algodão, arroz, cana de açúcar, louça fina e mandioca eram produzido sem larga escala e cambiados por armas sofisticadas, máquinas de imprensa e produtos químicos, entre outros de interesse da nação. O resultado desse rico processo de desenvolvimento foi sentido por todo o povo paraguaio, pois àquele tempo:

[...] não se conheciam os ladrões, nem na cidade nem nas regiões despovoadas. Qualquer viajante podia caminhar só, à noite pelo campo, com grandes quantidades de dinheiro para compra de fumo aos fazendeiros e camponeses, seguro de que não havia de ter mais que uma respeitosa saudação dos caminhantes que encontrasse (CHIAVENATTO, 1994, p. 33).

Neste contexto, Francisco Solano Lopez, filho de Carlos Antônio Lopez, que assumiria o governo após a morte de seu pai, em 1862, aos 18 anos, é empossado como

ministro do exército e, além de formar um moderno exército, realiza incursões periódicas para a Europa onde mantém contatos amistosos com governos e contrata mais engenheiros, técnicos, químicos, médicos e intelectuais, além de instrutores militares, que consolidam as indústrias de base no país (CHIAVENATTO, 1994).

Com o tempo, obviamente, esse processo histórico de desenvolvimento desencadearia conflitos de interesse na região. Ao optar pela industrialização, fundada na forte presença do Estado, a economia paraguaia começou a se tornar um exemplo bem sucedido que contrariou a prática de livre comércio e, consequentemente, os interesses ingleses na região, pautados pelo livre comércio, que embutia nos países Latino-americanos, a especialização primário-exportadora. Segundo Chiavenatto (1994), como a política de relações exteriores do Paraguai era imediatista, o governo não percebeu explicitamente que sua política econômica estimulou conflitos e contrastes que criaram um conteúdo da guerra. Em síntese, segundo ele, o Paraguai acabou se transformando num exemplo indesejado de sucesso para a América Latina, contrariando não só a prática do livre comércio, mas também os ingleses, que possuíam fortes influências na região.

Neste sentido, a Inglaterra passou a ver no Paraguai um contraponto à tendência que buscava consolidar. Como o Paraguai não se enquadrava mais como uma economia primário-exportadora, a Inglaterra julgou que era necessária uma intervenção - por meio da guerra - para que o modelo de desenvolvimento autossustentado do Paraguai fosse bruscamente interrompido e servisse de exemplo para outras nações especialmente da América Latina. Em síntese, os ingleses começaram a se sentir ameaçados pela iminente soberania do Paraguai na América do Sul e criaram as condições para destruí-lo. Não por outra razão, segundo Chiavenatto (1994), a Guerra se delineou por cinco motivos principais, três dos quais citados por ele como causas da Guerra por estarem diretamente relacionados aos interesses ingleses na região, além de mostrarem que a Inglaterra possuía um claro domínio sobre o Brasil, a Argentina e o Uruguai.

Foi neste contexto que se formou a Tríplice Aliança. Entre os anos de 1825 e 1865, a Inglaterra emprestou 17.737.520 libras ao Brasil, sendo que 65% desse montante chegou ao país em 1865, ano em que se deu início às hostilidades da Guerra do Paraguai. Os outros países envolvidos na Guerra também receberam empréstimos: a Argentina recebeu vinte e sete 27.000.000 libras e o Uruguai três milhões e meio de libras. Essa quantidade de empréstimos realizados pelos ingleses expressa a necessidade de armar o Império do Brasil e os demais países da Tríplice Aliança para destruir o Paraguai (CHIAVENATTO, 1994, p. 82).

4 A Tríplice Aliança e os resultados socioeconômicos da Guerra do Paraguai

É importante observar que a Inglaterra não se limitou a financiar os países que atacaram o Paraguai. Segundo Chiavenatto (1994), o embaixador inglês Edward Thorton foi um dos redatores do Tratado da Tríplice Aliança, que possuía inúmeras irregularidades, entre as quais, um protocolo que, além de derrubar, segundo eles, a abominável ditadura de López, estipulava a partilha territorial e o butim do Paraguai, bem como e, sobretudo, abrir a região ao comércio exterior, razão pela qual permaneceu secreto por certo tempo. Neste sentido ele acrescenta que o propósito da Guerra não foi libertar o Paraguai, defender princípios ou agressores, que se diziam vítimas da agressão, mas a destruição de um povo.

O fato foi que o Paraguai foi destruído em cinco anos. Conforme destaca Chiavenatto (1994), além de dizimar quase 80% da população, em quilômetros quadrados, as terras perdidas pelo país equivalem a Santa Catarina e Rio de Janeiro juntos, terras estas que foram vendidas aos estrangeiros após o final da Guerra. Ademais, segundo ele, toda a estrutura socioeconômica construída anteriormente foi destruída criminosamente nos cinco anos de ocupação dos aliados. Neste sentido, o imperialismo inglês, por meio de seus aliados na região, conseguiu destruir o único Estado com possibilidade de ameaçar a sua soberania.

Fica evidenciado, portanto, que a Tríplice Aliança foi formada com objetivos mais que claros de destruir o Paraguai. Segundo Chiavenatto (1994), isso ocorreu porque o Paraguai era um país progressista com uma economia autônoma. Além de garantir o equilíbrio econômico no Plata, defendido pelos representantes do imperialismo inglês, a guerra serviu ao propósito de salvar o império brasileiro e as províncias argentinas da desagregação, para que o domínio britânico não sofresse solução de continuidade⁷. Como resultado, a Tríplice Aliança forçou o Paraguai a perder a sua autossuficiência, conseguida na única área da América Latina onde os índios resistiram ao estabelecimento de brancos de forma efetiva (HOBSBAWM, 1982).

Do ponto de vista do comércio exterior, isso pode ser mais bem observado a partir dos dados da balança comercial do Paraguai. Como mostram os dados da tabela 1, as exportações do Paraguai, que cresceram ano após ano nas décadas anteriores, caíram bruscamente a partir da Guerra, o que não foi recuperado pelo menos até 1880. Ademais, quando se inicia a década

⁷Segundo Chiavenatto (1994), a guerra do Paraguai teve outros pretextos, tais como satisfazer os desejos expansionistas do Brasil e Buenos Aires e estabilizar finalmente a situação na bacia do Plata, sedimentando um estado tampão entre o Brasil e Argentina. Ademais, segundo ele, a guerra contra o Paraguai ajudou a “arianizar” o Império, fazendo cair à população negra em 57% logo depois do conflito. Refletindo a ideologia da época, fez-se uso deliberado do negro como bucha de canhão (CHIAVENATTO, 1999, p. 97). O Brasil estava em um processo de branqueamento de sua população, logo, encontrou na guerra uma saída para se livrar do negro – que já começara a ser marginalizado, uma vez que estávamos próximo ao fim da escravidão no Brasil.

da Guerra, o País exportava 1.693.904 pesos argentinos, enquanto importava 885.841, com um superávit de 808.063. Dez anos depois, no entanto, as exportações tinham caído para pouco mais 1.163.000 mil pesos argentinos e as importações tinham atingido a marca de 1.030.408, o que demonstra os efeitos negativos do conflito sobre a economia paraguaia, resultado ainda de uma população que se restabelecia.

Tabela 1: Balança Comercial do Paraguai – 1851 – 1880 - em pesos argentinos
Fonte: Pomer (1980, p. 56).

Ano	Exportação	Importação	Diferença
1859	2.199.678	1.539.648	660.030
1860	1.693.904	885.841	808.063
1880	1.163.418	1.030.408	133.010

Os resultados da Guerra para os países da Tríplice Aliança também não foram nada satisfatórios. A começar pelo Brasil, que viu suas importações crescerem significativamente, tanto no contexto da Guerra, quanto posteriormente. Como pode ser observado na tabela 2, as importações brasileiras passaram de 540.944 contos de réis, no decênio 1841-1850, para 1.347.514 no decênio 1861-1870 e continuou crescendo no decênio posterior a uma taxa superior a 20%. Para Chiavenatto (1994), o Brasil só não apresentou déficits na balança comercial neste período porque era um grande exportador de bens primários de grande interesse da Inglaterra.

Tabela 2: Importações brasileiras – 1841–1880 – em contos de reis
Fonte: Prado Júnior (1998, p. 358).

Decênios	Importação
1841-1850	540.994
1851-1860	1.016.686
1861-1870	1.347.514
1871-1880	1.621.251

Como ressalta Prado Junior (1998), a vitória na guerra não trouxe benefício algum para o Brasil, pois nenhum efeito econômico positivo é registrado. Pelo contrário, os dados indicam um forte favorecimento da Inglaterra. Neste sentido, a tabela 4 indica que as importações brasileiras procedentes da Inglaterra dobraram no período, passando de 3.300.000 libras em 1855 para 7.500.000 libras em 1872, o que explica a tese dos objetivos ingleses por trás da Guerra do Paraguai.

O mesmo se aplica à Argentina, que como o Brasil, também obteve resultados negativos com a Guerra do Paraguai, no que diz respeito ao comércio exterior. Como se vê na

tabela 3, antes mesmo do início da Guerra do Paraguai, a Argentina já possuía um déficit na sua balança comercial. Não obstante, esse déficit cresceu significativamente no período, passando de 6.123.107 pesos fortes em 1863 para 18.031.519 em 1871, com um acréscimo da ordem de 194% no período.

Tabela 3: Saldos negativos da balança comercial argentina (pesos fortes)
Fonte: Pomer (1980, p. 162).

Ano	Saldo Total	Só com a Inglaterra
1863	6.123.107	3.157.019
1864	775.928	2.732.945
1865	5.013.006	4.732.160
1866	10.316.889	6.980.741
1867	5.415.565	6.864.883
1868	12.702.829	5.570.432
1869	10.180.315	6.185.388
1870	19.871.553	5.548.256
1871	18.031.519	4.577.701
Total	88.430.711	46.349.525

Mais uma vez, nota-se um forte favorecimento da Inglaterra, uma vez que os dados da tabela 4 indicam que as importações argentinas procedentes daquele país passaram de 700.000 libras em 1855 para 3.900.000 em 1872. Em 1855, a Argentina era responsável por 7% do total das importações provindas da Inglaterra para a América Latina, quando em 1872 dobrou a sua porcentagem de representatividade, evidenciando que a Argentina ficou dependente de importações, principalmente do Reino Unido.

Tabela 4: Importações procedentes do Reino Unido (libras)
Fonte: Cardoso; Brignoli (1983, p. 250).

País	1855	1872
Argentina	700.000 – 7%	3.900.000 – 14%
Brasil	3.300.000 – 33%	7.500.000 – 26%
Chile	1.300.000 – 13%	3.100.000 – 11%
Uruguai	300.000 – 3%	1.800.000 – 6%
Peru	1.300.000 – 13%	2.900.000 – 10%
Outros	3.200.000 – 32%	9.200.000 – 32%
Total	10.100.000 – 100%	28.400.000 – 100%

Com o Uruguai, menor país envolvido no conflito, não foi diferente. Como demonstra Bethell (2009, p. 691), entre 1864 e 1869, o país acumulou déficits comerciais que somaram cerca de 18 milhões de pesos. Seguindo o exemplo do que ocorreu com os demais países envolvidos no conflito, o Uruguai também passou a importar mais da Inglaterra. Tanto é verdade que, em 1855, o país importou 300.000 libras daquele país, o que representava 3% do

montante importado da Inglaterra por toda a América Latina, contra 1.800.000 libras em 1872, o que representava 6% do total, como demonstra a tabela 4. Na verdade, os dados da referida tabela mostram que toda a América Latina aumentou a sua dependência com a Inglaterra, visto que as importações da região oriundas daquele país passaram de 10.100.000 libras para 28.400.000, entre 1855 e 1872, com um aumento da ordem de 180%.

Para além do aumento das importações, especialmente procedentes da Inglaterra, os países envolvidos no conflito acumularam consideráveis dívidas externas, pois, conforme destaca Galeano (2010), os governos realizavam empréstimos que sempre geravam a necessidade de novos empréstimos. Assim, conforme Chiavenatto (1999, p. 98), os empréstimos ingleses para o Brasil saltaram de três milhões de libras em 1871, para 20 milhões em 1889, sendo que, do fim da Guerra à queda do Império, os novos empréstimos somaram 45,5 milhões de libras. Conforme Pomer (1980, p.310), a dívida do Uruguai chegou a 42.357.496 pesos fortes em 1875 e a da Argentina a 35,7 milhões de libras, num claro aumento da dependência externa desses países, em decorrência da Guerra do Paraguai.

5 Considerações finais

O objetivo desse artigo foi analisar a relação entre a Guerra do Paraguai e o Livre Comércio. Além da Teoria Clássica do Comércio Internacional, a pesquisa avaliou a política econômica utilizada pelo Paraguai para promover a economia nacional e como ela feriu os interesses ingleses na região, o que resultou na ocupação e destruição do País. Entre outros elementos, mostrou como os interesses ingleses foram fundamentais para a interrupção do desenvolvimento do Paraguai, com a participação e colaboração da Tríplice Aliança.

Além de destruir o modelo paraguaio de desenvolvimento e praticamente dizimar a população do país, os resultados mostraram que a Inglaterra ampliou a sua hegemonia comercial na região, uma vez que as importações dos países envolvidos no conflito procedentes dela cresceram substancialmente, assim como o endividamento externo e a dependência de recursos estrangeiros.

A análise e interpretação dos dados e da bibliografia, portanto, levaram à conclusão que a hipótese inicialmente levantada se confirma; ou seja, a Inglaterra, por meio de sua política de livre comércio e de sua doutrina imperialista, interferiu diretamente na origem do conflito entre o Paraguai e seus vizinhos, ficando a cargo da Tríplice Aliança a defesa dos interesses econômicos ingleses na região, ameaçados, sendo a Inglaterra a principal interessada e beneficiada pela Guerra.

6 Referências

- BETHELL, Leslie. **História da América Latina**: Da Independência a 1870. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- CARDOSO, Ciro F. S.; BRIGNOLI, Hécto P. **História econômica da América Latina**. São Paulo: Edições Graal, 1983.
- CARVALHO, Maria A.; SILVA, César R. L. **Economia internacional**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- CHIAVENATTO, Julio J. **Genocídio americano**: a Guerra do Paraguai. 27 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. **O Negro no Brasil**: Da Senzala à abolição. São Paulo: Moderna, 1999.
- FURTADO, Celso. **Essencial**. São Paulo: Penguin Classics/Companhia das Letras, 2013.
- GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2010.
- GONÇALVES, Reinaldo *et al.* **A nova economia internacional**: Uma perspectiva brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- HOBSBAWM, Eric J. **A era do capital**: 1848-1875. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- _____. **A era das revoluções**: 1789-1848. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- HUNT, Emery K.; LAUTZENHEISER, Mark. **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Campus, 2012.
- POMER, León. **A Guerra do Paraguai**: a tragédia rio-platense. São Paulo: Global, 1980.
- PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 43 ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo: Hemus, 1981.